

## Da lama ao cais: as desfiadeiras de siri da Ilha das Caieiras, Vitória, ES

Débora Regina Porto\*, Perla Cosme\*\*, José Alejandro García-Prado (alebiomas@gmail.com)\*\*\* e Rodrigo Randow de Freitas (rodrigorandow@ig.com.br)\*\*\*\*

### Resumo

O presente estudo se propôs a aprofundar os conhecimentos relacionados com a importância do recurso natural para a sustentabilidade do turismo na região da Ilha das Caieiras, Vitória, ES. Pretendendo mostrar a importância da infra-estrutura para o desenvolvimento local, bem como a importância da preservação ambiental para a continuidade da Cooperativa local. Investigou-se a relação da Cooperativa da Desfiadeiras de Siri no processo de desenvolvimento urbano e ecológico, analisando o ambiente natural e a realidade social que este grupo vive e sugerindo novas maneiras de minimizar a degradação da região de mangue, sobre a qual o turismo se estrutura para que a imagem da cooperativa se relacione com a proteção ambiental e a culinária local. Como resultado da pesquisa empregada, pode-se constatar que o mangue e o turismo são essenciais para a comunidade, pois é do turismo e do mangue que é tirado o sustento de grande parcela da comunidade, criando assim um comprometimento local com a questão ecológica do ecossistema que os cerca.

**Palavras-chave:** Turismo; Manguezal; Preservação Ambiental e Cooperativas;

### Abstract

This study has as a focus to immerge it self in learning the importance in the relationship of the natural resources for the sustainability of the tourism in the region of Ilha das Caieiras, Vitória, ES. Having as an objective to show the importance of the infrastructure for local development, as how the importance of environmental preservation for the continuity of the local cooperative. Investigating the relationship of the cooperative of crab butchers in the process of urban development, analyzing the natural environment and the social reality of this group, there have been many suggestions as to new ways to minimize de degradation of the local mangrove, in which tourism structures it self, so that the image of the cooperative connects it self with environmental protection and the local cuisine. As a result of this research, we can notice that the mangrove and tourism are essential for the community, because is from tourism of the mangrove that is extracted the livelihood of most of the community, this way creating a local commitment with the environment and the ecosystem the surrounds them.

**Key-words:** Tourism; Mangrove; Environmental Preservation; Cooperative;

## Turismo e meio ambiente: conceitos de sustentabilidade

A finalidade do planejamento turístico consiste em ordenar as ações do homem sobre o território e ocupa-se em direcionar a construção de equipamentos e facilidades de forma adequada, evitando dessa forma os efeitos negativos sobre os recursos, seja por destruição ou redução de sua atividade.

Segundo Ruschmann, (1999), o desenvolvimento de um turismo sustentável define-se como "o desenvolvimento que busca atender às necessidades do turista, sem comprometer a possibilidade do usufruto dos recursos pelas gerações futuras"; e como meio ambiente "entende-se a biosfera, isto é, as rochas, as águas e o ar que envolve a Terra, juntamente com os seus ecossistemas, constituídos de comunidades - integradas por indivíduos e todos os tipos de vida animal e vegetal".

Para que o turismo e o meio ambiente encontrem um ponto de equilíbrio econômico-ambiental, é imperativo que o uso dos recursos naturais não se torne causador de mais degradação. Por exemplo, Oliveira et al. (2005), discorrem que o desenvolvimento de atividades turísticas em manguezais pode agregar benefícios para as comunidades do entorno e economia local, proporcionando incremento na renda aliado a proteção ambiental. Corroborando com tal afirmação, Carvalho (1997), descreveu que o lazer e turismo, associados ao "consumo" da paisagem, identificaria, valorizaria e fortaleceria a atividade econômica tornando-a distinta das demais.

Assim, o equilíbrio almejado entre a atividade humana e seu desenvolvimento junto a uma proteção ambiental exige a repartição de responsabilidades equitativas e claramente delineadas referente ao consumo e ao comportamento face aos recursos naturais. O termo "sustentabilidade" objetiva refletir uma política e estratégia de

desenvolvimento econômico e social contínuo, sem prejuízo do ambiente e de seus recursos.

## O lado social e ecológico da questão ambiental

De acordo com Veloso (2003), a preocupação com o social advém do desenvolvimento civilizatório baseado no ser, que busca igualdade nos direitos, nas condições de vida e em aspectos socioculturais. Também segundo o mesmo autor, "a sustentabilidade econômica é a preservação e controle quanto ao desenvolvimento econômico de maneira eficiente que proporcionando condições legais e regulares para que os recursos sejam geridos de maneira honesta e consciente no sentido de que possam manter gerações futuras".

Já a preocupação ecológica diz respeito ao aumento da capacidade do ser humano em prover aos recursos naturais tempo para se reciclar, reduzindo poluição e impondo limites de consumo. Tornar reais as pesquisas de novas tecnologias como ferramentas para preservação, propiciando análises de estudos de impactos ambientais, utilização de tecnologias "limpas" e finalmente, definição de regras e instrumentos legais para a proteção ambiental.

Infelizmente, na maioria das vezes, a preocupação ambiental acaba sendo focada, priorizada de forma desconexa da dimensão social. Sendo que, a sustentabilidade social é primordial, ou pré-requisito para um dito desenvolvimento ambiental sustentável. Bezerra (2005) confirma tal argumento e acrescenta que é maior a probabilidade de acontecer um colapso social antes mesmo de uma catástrofe ambiental.

\*Bacharel em Turismo. Faculdade de Administração da Serra. Centro Capixaba de Ensino Superior - Novo Milênio - Campus Serra. Brasil.

\*\*Bacharel em Turismo. Faculdade de Administração da Serra. Centro Capixaba de Ensino Superior - Novo Milênio - Campus Serra. Brasil.

\*\*\*Mestrado em Ciências Biológicas (Zoologia), Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil. Especialização em Ecologia e Recursos Naturais. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil. Graduação em Ciências Biológicas. Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil.  
E-mail: alebiomas@gmail.com

\*\*\*\*Doutorando em Aquicultura. Laboratório de Maricultura. Fundação Universidade de Rio Grande. FURG, Brasil. Mestrado em Aquicultura. Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil. Especialização em Educação e Gestão Ambiental. Faculdade Saberes, Espírito Santo. Brasil. Graduação em Administração de Empresas: ênfase análise de sistemas. Faculdade de Ciências Humanas de Vitória. Espírito Santo. Brasil.  
E-mail: rodrigorandow@ig.com.br

## O poder público, legislação, turismo e meio ambiente

O poder público (Estado) tem como diretriz planejar e desenvolver os espaços e as atividades que atendam os anseios das populações locais e dos turistas, que para implantá-los vêm-se diante de dois objetivos discrepantes: propiciar oportunidade e acesso às experiências recreacionais ao maior número de pessoas possíveis; e proteger, evitar a descaracterização dos locais privilegiados pela natureza e do patrimônio cultural das comunidades (Swarbrooke, 2000).

Partindo do pressuposto acima referido, bom exemplo parte da prefeitura municipal de Vitória, com o "Projeto Terra". Projeto multissetorial, composto de um conjunto articulado de obras, ações e serviços de natureza pública, visando à urbanização, regularização fundiária, desenvolvimento comunitário e preservação ambiental para melhoria das condições de vida da população residente nos morros e manguezais da cidade.

No tocante a legislação (proveniente do poder público, mas de anseio popular) pertinente à preservação ambiental e desenvolvimento econômico, deve-se considerar que, atualmente a legislação é ampla e de "primeiro mundo", mas não é aplicável em muitos casos. Fato que também é corroborado por Oliveira e Freitas, 2005 em seu artigo.

Como exemplo, citemos a Lei 9.795/99 que dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental. A citada Lei torna obrigatório o ensino multidisciplinar e interdisciplinar de educação ambiental formal no ensino de primeiro grau, no nível médio e superior, indicando as entidades públicas como responsáveis pela sua aplicação e fiscalização na execução (Schenini & Nascimento, 2002). Como sabemos, foi mais uma lei que não emplacou por falta de efetividade de ação do poder público e desinteresse do poder privado.

Conforme também relata Veloso, 2003, "o potencial passa pelo meio ambiente, onde se deve estabelecer e fazer cumprir uma legislação forte, fundamental para o desenvolvimento e a manutenção das atividades. [...] A qualidade de vida da comunidade é o primeiro passo para se vender o turismo e a preservação de toda esta estrutura humana deve ser bem respeitada e dignificada, senão o turismo terá uma outra vida".

Assim, é necessário criar/melhorar leis fundamentais e específicas para cada setor, para proteger os interesses da população receptora nos seus valores sócio-econômicos e culturais. Essas leis se constituirão não só num instrumento para o crescimento racional e seletivo da atividade turística, mas também um meio para que o Estado possa intervir diretamente no seu processo de desenvolvimento e suas ações se concentrarão em aspectos devidamente importantes. Para isso é necessária imediata integração entre comunidade local, poder público e iniciativa privada para a elaboração de projetos que tenham como objetivos proteger os recursos naturais, bem como desenvolver um turismo que vise um crescimento sustentável e duradouro (Pazolin *et al.*, 2007).

## O município de Vitória e seu manguezal

A região do município de Vitória apresenta um dos maiores manguezais urbanos do país, com área superior a 800 hectares, formado pelas águas da baía Vitória e pelos estuários dos Rios Aribiri, Bubu, Marinho e Santa Maria que nele deságuam. Na região está em desenvolvimento o "Projeto Rota Manguezal," da Prefeitura municipal, enquadrado na Política Nacional de Ecoturismo. O projeto tem como pressuposto uma interação cultural e ecológica, por meio de uma rota fluvial,

passando pelas ilhas e canais do manguezal, promovendo simultaneamente uma interação ecológica, econômica e cultural. Dentro desse contexto, o turismo nesta região vem aos poucos sendo desenvolvido junto ao aproveitamento de recursos do mangue para o surgimento de restaurantes.

O presente estudo foi proposto para investigar a relação da Cooperativa da Desfiadeiras de Siri no processo de desenvolvimento urbano e ecológico do Bairro Ilha das Caieiras (Vitória-ES) sob um olhar turístico. Analisando o ambiente natural e a realidade social que este grupo vive e sugerir novas maneiras de minimizar a degradação da região de mangue, sobre a qual o turismo se estrutura para que a imagem do destino se relacione com a proteção ambiental e a culinária local.

Foi neste contexto que surgiu o questionamento que motivou a realização desta pesquisa, direcionando a busca por resposta sobre: qual a importância do turismo e do mangue para a qualidade de vida das mulheres da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras? Para alcançar a resposta à pergunta, a pesquisa foi estruturada em torno de um objetivo geral, cujo foco de atenção buscou aprofundar os conhecimentos relacionados com as dimensões da importância do recurso natural para a sustentabilidade do turismo.

Como instrumento de análise, foi realizada uma pesquisa quantitativa bibliográfica, através da qual se estruturou as futuras ações. Inicialmente caracterizou-se o contexto histórico da Ilha das Caieiras, descrevendo de forma contextualizada o início das invasões na região, a partir dos anos 70, momento em que a região passa por grandes dificuldades e conflitos, cuja ênfase situa-se no aterramento do mangue, chegada de migrantes, lixão, construção da Usina de Lixo, a urbanização local e a Agenda

21, que menciona o Desenvolvimento Urbano e Preservação do Manguezal.

Em seguida voltou-se atenção para a identidade capixaba e para o histórico da Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha de Caieiras, enfocando a importância do surgimento dessa Cooperativa para as mulheres da região, deste modo deu-se ênfase também ao conceito de sustentabilidade, planejamento, e do Plano Diretor Urbano.

## A Ilha das Caieiras

São Pedro é uma região que foi conquistada através de muita luta e com muitas dificuldades. Até a década de 1970, a região do contorno da Ilha de Vitória permanecerá como recanto rural. A Ilha das Caieiras era habitada como se fosse uma vila do interior, com sua capela, seu time de futebol e contato esquivo com o ritmo urbano do Centro de Vitória.

Os primeiros moradores que habitaram a Ilha das Caieiras foram colonos de fazendas de café e mercadores da região serrana, que desciam pelo Rio Santa Maria, todos com o sonho de mudar de vida, pensando em dedicar-se à exploração do abundante pescado existente.

Novos terrenos são feitos em manguezais nos anos 70 dando início a construção do Campus Universitário da UFES e do Bairro de Goiabeiras, onde se instala o depósito de lixo da cidade. Aterra-se também, o canal que separava a Ilha do Príncipe da Ilha de Vitória e da área de rodoviária. Com a construção desses aterros, para suprir a necessidade de desenvolvimento da cidade, houve uma contribuição para impactar o Rio Santa Maria, berço do maior manguezal do Espírito Santo.

## O início das invasões

O crescimento da Região Grande São Pedro deu-se de forma rápida na década de 70. O crescimento da invasão deveu-se à transferência das famílias que vinham do antigo bairro Miramar, que deixou de ser depósito municipal de lixo para dar lugar à Rodoviária. Muita gente chegou do interior e passou a abrigar-se em casas de parentes. Numa mesma moradia alojavam-se de 10 a 15 pessoas, facilitando o crescimento da invasão do Bairro.

Um outro aspecto que merece destaque, que fortaleceu as invasões no final da década de 70, foram os grandes projetos industriais e portuários da capital. No final das obras os trabalhadores, não qualificados, não retornavam para suas cidades de origem. Como não conseguiam serem absorvidos para novos empregos, procuravam áreas de morros e de mangues a fim de levantarem habitações precárias sem qualquer infraestrutura que lhes facilitassem a vida.

Segundo relato de Andreatta, 1987, "[...] descobrimos que estávamos em algo maior que nós, e que as pessoas que iam entrando eram todos migrantes e necessitadas, que moravam de aluguel, ou expulsas do campo [...]. Descobrimos que precisávamos de rua e marcávamos ruas [...]".

Segundo Dias, 2001, cerca de 230 toneladas de lixo passam a cair diariamente em São Pedro III. O local torna-se um grande lixão a céu aberto. Homens, mulheres e crianças disputam o sustento com urubus, cachorros e porcos. A sobrevivência vem do lixo. A realidade do bairro passa então por uma importante modificação. Antes, chegava-se ali em busca de abrigo, de local para morar. Agora, pessoas chegam de todos os lados em busca de lixo. Querem comida. Toda área transforma-se num imenso lixão. Antes eram os invasores, agora surgem os catadores. A expansão do novo negócio logo faz aparecer os atravessadores, que exploram

o trabalho do catador e lucram com a venda do material reciclável, como papelão, papel, plástico, vidro e metal.

## A transformação

Em 1990, foi inaugurado, em São Pedro, a Usina de Lixo de Vitória. A construção da Usina não é bem recebida pelos catadores e pelos grupos que disputam o controle do lixão. A Usina é inaugurada com capacidade para processar diariamente 300 toneladas de detritos. Com a implantação da Usina, houve um ganho ambiental e social, pois o lixo ganhou um destino adequado, não sendo mais depositado no mangue.

A partir dos anos 90, identificam-se os investimentos em urbanização, desenvolvimento socioeconômico, recuperação e preservação ambiental. Hoje, o manguezal encontra-se protegido pela legislação municipal. A unidade de conservação do manguezal existe em São Pedro e é de aproximadamente 60 hectares.

O projeto, iniciado em 1989, conta com recursos da prefeitura e da Caixa Econômica Federal (CEF) e, entre seus objetivos, já foram atingidos, no todo ou em parte, os que dizem respeito à delimitação, preservação e recuperação do manguezal; à melhoria da qualidade de vida dos 47 mil moradores da região; à paralisação definitiva da deposição do lixo a céu aberto; à paralisação das ocupações nas áreas de preservação e da degradação do manguezal; e à urbanização dos novos assentamentos. Já estão implantados: a usina de lixo; uma unidade de tratamento de esgotos (duas outras estão em fase de implantação); e os equipamentos comunitários - escolas, creches, postos de saúde e áreas de lazer.

## Histórico da cooperativa das desfiadeiras

A iniciativa da criação de um restaurante surgiu a partir de uma necessidade de organizar a comunidade das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras (Fig.1). Sendo que a tradição é passada de mãe para filha. Desfiar o siri tinha um sentido maior de legado cultural, considerando fins comerciais em segundo plano. As mulheres da comunidade desfiavam o siri e comercializavam seus produtos por valores abaixo do mercado, sem a preocupação sobre o lucro que estavam obtendo sobre o desfio.



Fig1. Cooperativa das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras, Vitória, ES.

Dessa maneira, havia a necessidade da comunidade pesqueira da Ilha das Caieiras em agregar valores profissionais à tradição cultural das atividades de pesca e desfio da região. Ao mesmo tempo, era necessário considerar a conservação do mangue como fonte de recursos e sobrevivência.

Para se organizar e montar um restaurante, as desfiadeiras obtinham siri através de parentes ligados à pesca, desfiavam os siris e os usavam como base alimentícia para os pratos serem comercializados. Porém, havia um empecilho que deveria ser respeitado: a parada do defeso, ou seja, respeitando a época da desova dos crustáceos. Assim, as desfiadeiras tinham um desafio a alcançar: conseguir uma quantidade suficiente de siris para suprir a parada do defeso. A princípio pensou-se em

negociar com vários fornecedores, mas o valor de venda certamente aumentaria.

Como solução, o grupo de desfiadeiras arranjou uma maneira de manter a produção dos pratos durante a parada: estocando o siri desfiado desde o período anterior à escassez do crustáceo. A meta da Cooperativa era manter uma quantidade ideal manter o ritmo de produção do restaurante. Nesse ínterim, a Subsecretaria de Incentivo ao Trabalho e Geração de Renda (Subger) em 1999, organizou a cooperativa dando cursos sobre teoria da organização, higiene na manipulação de alimentos, contabilidade e formação de preço para quarenta e nove mulheres que trabalhavam em condições precárias nas calçadas e quintais de suas casas. A partir desse projeto social, o trabalho das desfiadeiras foi sendo divulgado (Fig.2).



Fig.2. Cooperativa das Desfiadeiras de Siri no Bairro Ilha das Caieiras, Vitória, ES.

Começaram com apenas dez mesas, e de acordo com o aumento da demanda, foram adquiridas novas mesas até chegar ao número de sessenta jogos de mesas. Como o público começou a freqüentar o restaurante da Cooperativa das Desfiadeiras (conhecido também como Restaurante Siri na Lata), houve a necessidade de variar o cardápio a ser oferecido aos clientes. Com esta situação, a cooperativa passou a comprar o pescado necessário com fornecedores da Enseada do Suá (como

robalo e badejo); já os siris, sururus e camarão lameirão eram obtidos através de pescadores do mangue da Ilha das Caieiras e Grande São Pedro. Baseados em uma pesquisa, começaram a elaborar um cardápio que atendia à demanda, e assim foram conquistando um mercado cada vez mais amplo.

Atualmente, o restaurante exerce suas atividades num espaço concedido pela prefeitura, concorrendo com cerca de doze restaurantes na Rua Felicidade, à margem do manguezal, próximo ao atracadouro da Ilha das Caieiras, pelo prazo de dez anos (que posteriormente pode ser prorrogado por mais dez anos e assim sucessivamente).

Nesse propósito recorreremos novamente a Veloso, 2003, ressaltando que "dentro da sustentabilidade não é possível deixar de fora a capacitação, a conscientização e a profissionalismo dos serviços turísticos. [...] O conhecimento do serviço a ser ofertado, dos espaços existentes, dos problemas a serem superados, das soluções a serem oferecidas, tudo isso é fruto capacitação, seja da mais simples a mais complexa ação a ser desenvolvida.

[...] O que deve sempre estar em mente é que a capacitação deve estar estritamente ligada a dois argumentos ou fatores necessários quais sejam: a conscientização e o treinamento [...]."

### Considerações finais

A pesquisa desenvolvida permitiu obter diversos dados que aprofundaram os conhecimentos sobre a Região da Ilha das Caieiras, cujas informações são de suma importância para o desenvolvimento local. Foi detectado, que o crescimento da atividade turística da região e o turismo interno (muito devido aos inúmeros restaurantes e bares abertos na região) provocou uma nova direção/perspectiva quanto ao destino sócio-ambiental dessa localidade. Na verdade a comunidade está

em situ vivenciando de que preservar o recurso por ela utilizado trás sim retorno sócio-econômico.

Nesse trabalho cabe ressaltar também a união das desfiadeiras para dar continuidade ao trabalho, iniciado em 1999, como Cooperativa das Desfiadeiras de Siri da Ilha das Caieiras. Podendo-se constatar que o mangue e o turismo são essenciais para essas mulheres, pois é do turismo e do mangue que elas tiram o sustento, além de gerar divisas para o município. As mulheres que fazem parte desse grupo têm um comprometimento com a questão ecológica, pois dependem da proteção ambiental para dar continuidade ao seu trabalho.

No entanto é imprescindível antes de se pensar em desenvolver o turismo local, prover a localidade uma infra-estrutura básica satisfatória e buscar a conscientização sócio-ambiental da coletividade. Ouvir a comunidade é uma maneira simples de buscar o comprometimento e a colaboração de todos.

Projetos que incentivem o desenvolvimento comunitário e a preservação ambiental para a melhoria das condições de vida da população são importantes e merecem ser citados e incentivados. Como é o caso do "Projeto Terra" da prefeitura de Vitória-ES. Projeto esse como tantos outros desenvolvidos em várias cidades brasileiras nos últimos anos, visando uma melhor inserção dessas cidades em tempos de economia globalizada. Ou seja, vislumbra-se tornar esses centros urbanos mais competitivos, diferentemente do acentuado nível de pobreza e ambiente degradante verificado em grande parte do país.

### Referências bibliográficas

ANDREATA, Graça. Na Lama Prometida A Redenção. São Paulo: O Recado, 1987.

- BEZERRA, Sandra Regina Zúniga de Souza. Educação ambiental pela atividade turística: uma possibilidade. Revista Cesumar - Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. v.12, n.1, p.165-181.jan./jun. 2007.
- DIAS, Tavares. São Pedro: Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.
- CARVALHO, Y.M.C. Desafios da agricultura para o desenvolvimento sustentável. Informações Econômicas, v.27, n.5, p.25-36.1997.
- OLIVEIRA, Leonardo Azevedo Klumb, FREITAS, Rodrigo Randow de, BARROSO, Gilberto Fonseca. Manguezais: Turismo e Sustentabilidade. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ). , v.5, p.51 - 56, 2005.
- PAZOLIN, Evandra Vecker, TATAGIBA, Sabrina dos Santos, GARCÍA\_PRADO, José Alejandro, FREITAS, Rodrigo Randow de. Ecoturismo e preservação do manguezal: O rio Piraque-Açu. Caderno Virtual de Turismo (UFRJ), v.7, p.57-63, 2007.
- RUSCHMANN, Doris. Turismo e Planejamento Sustentável. A proteção do meio ambiente. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1999.
- SCHENINI, Pedro Carlos; NASCIMENTO, Daniel Trento do. Gestão pública sustentável. Revista de Ciências da Administração - v.4, n.08, jul/dez 2002.
- SWARBROOKE, John. Turismo Sustentável: conceitos e impacto ambiental. São Paulo: Aleph, 140 p. 2000.
- TATAGIBA, José. A Ilha da Nostalgia: Crônicas/ Reportagens de Vitória. Vitória: Aquarius, 1999.
- VELOSO, Marcelo Parreira. Turismo Simples e Eficiente: São Paulo, Roca, 2003.

**Cronologia do processo editorial:**

Recebimento do artigo:	01-fev-2007
Envio ao parecerista:	05-nov-2007
Recebimento do parecer:	04-dez-2007
Envio para revisão do autor:	05-dez-2007
Recebimento do artigo revisado:	10-dez-2007
Re-envio ao parecerista:	12-dez-2007
Recebimento do parecer:	14-dez-2007
Aceite:	17-dez-2007